

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES QUE ATUAM NAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Autor (a): (Mônica de Oliveira Souto Silva); Orientador (a): (Deborah Dornellas Ramos).

Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Educação e Saúde- CES. monica.oliveirasouto@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Educação e Saúde- CES. deborahdornellas@outlook.com

RESUMO – Na perspectiva da educação inclusiva como ponto de partida para uma educação para todos, buscou-se através deste trabalho de pesquisa verificar e analisar a concepção de professores que atuam com a educação inclusiva, mais precisamente com o AEE - Atendimento Educacional Especializado. O trabalho justifica-se por um interesse pessoal da autora em conhecer um pouco mais a realidade do processo de inclusão nas escolas onde há alunos com deficiências assim como analisar a percepção de professores que atuam no AEE destas escolas. Para tanto, buscou-se conhecer quais as concepções desses professores acerca do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim como sobre os desafios e as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão desses alunos em nossas escolas.

A pesquisa teve como campo de estudo sete escolas da rede pública do município de Cuité-P. B, as quais dispunham de salas de AEE. Participaram nove educadoras responsáveis pelos trabalhos realizados nessas salas especializadas. Para a coleta dos dados, foi elaborado um roteiro para as entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas com o auxílio de um gravador digital para possibilitar o registro e as transcrições das mesmas, cujos conteúdos foram analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). Acerca dos resultados, através das respostas das entrevistadas emergiram seis classes temáticas (conceito de inclusão, formação continuada para professores, desafios no trabalho com inclusão, perspectivas no trabalho com inclusão, atendimento educacional especializado além de legislação e políticas públicas) referentes à educação inclusiva, as quais se subdividiram em categorias e subcategorias. Constatou-se a partir das respostas que, apesar das dificuldades que existem em relação ao trabalho desenvolvido no AEE, tais como: o preconceito, a falta de parcerias, a falta de estrutura adequada e, até mesmo, a falta de uma formação continuada mais eficaz, por exemplo, os professores relataram se sentirem esperançosos em relação ao AEE e acreditarem no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Palavras-chaves: Atendimento Educacional Especializado; Inclusão; Formação Continuada.

INTRODUÇÃO

Considerando que a educação é a base para que tenhamos uma sociedade mais justa e para que o direito à igualdade seja de fato efetivado, é necessário que esta seja vista como prioridade na vida de cada indivíduo, independente do contexto social no qual este esteja inserido. Nesta perspectiva, acredita-se que a educação deve ser trabalhada de forma mais humanizada e acolhedora, de modo que todos tenham oportunidade de aprender e se desenvolver como cidadãos ativos e atuantes em sua sociedade.

O trabalho foi dividido em tópicos, os quais se denominaram como: Contextualizando a Educação Inclusiva; Inclusão x Integração; Formação Continuada para Professores Envolvidos no Processo de Educação Inclusiva e o papel deste no Atendimento Educacional Especializado-AEE; Salas de Atendimento Educacional Especializado e O Papel da Família na Inclusão Escolar.

O trabalho justifica-se por um interesse pessoal da autora em conhecer um pouco mais a realidade do processo de inclusão nas escolas onde há alunos com deficiências assim como analisar a percepção de professores que atuam no AEE destas escolas. O mesmo tem como objetivo geral conhecer as concepções dos professores que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado sobre o seu trabalho, bem como sobre a educação especial, a inclusão, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que fazem uso deste recurso. Os objetivos específicos são: conhecer as concepções dos professores sobre a educação especial; analisar as concepções dos professores sobre a inclusão; verificar as concepções dos professores sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos da sala de Atendimento Educacional Especializado; especificar as concepções dos professores sobre o seu trabalho.

MÉTODO

Para a realização desse estudo foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo. A mesma foi realizada em escolas públicas das redes municipal e estadual do município de Cuité – PB, teve como participantes os professores que atuam na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas públicas da rede municipal e estadual, localizadas no município de Cuité - PB.

A coleta de dados realizou-se da seguinte forma: primeiramente foram feitas visitas nas escolas no intuito de procurar a direção pra esclarecer os objetivos do trabalho, e ao mesmo tempo para solicitar autorização da mesma para a realização da pesquisa tendo como participantes os professores atuantes na referida escola. Após esse procedimento, procurou-se então, os professores para uma conversa informal, na qual eles também tiveram oportunidade de conhecer os objetivos da pesquisa, uma vez que, seria peça fundamental para a realização da mesma. Com o consentimento dos mesmos, foram então, realizadas as entrevistas, as quais contaram com o auxílio de um aparelho digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após ser feito o levantamento de dados, foi então utilizada a análise de conteúdos para as entrevistas. Segundo Bardin (2011), a Análise de Conteúdo visa estudar as comunicações dando ênfase aos conteúdos das mensagens. Para tanto, as respostas dos professores foram categorizadas por tema, os quais permeiam a Educação Especial e o processo de Inclusão. Os entrevistados (professores) foram classificados da seguinte forma: p1, p2, p3, p4, p5, p6, p7, p8 e p9.

Após a leitura e análise das respostas dos professores entrevistados, emergiram seis (6) classes temáticas a partir das falas dos profissionais sobre o processo de inclusão, as quais se subdividiram em categorias e subcategorias. As classes temáticas verificadas foram denominadas da seguinte forma: conceito de inclusão, formação continuada para professores, desafios no trabalho com inclusão, perspectivas no trabalho com inclusão, atendimento educacional especializado, além de legislação e políticas públicas.

Em se tratando dos resultados, verificou-se que os desafios são vários, como afirmaram os próprios professores, porém, a falta de envolvimento por parte da família foi considerada como um dos maiores, haja vista que a família constitui um fator fundamental para promover o processo de inclusão em virtude do papel fundamental que desempenha na formação do indivíduo. Nessa premissa, outro ponto abordado pelos professores entrevistados foram a legislação e as políticas públicas no que se refere à educação inclusiva, visto que são muitas as leis que dão suporte às práticas da educação inclusiva. Todavia, os professores entrevistados também demonstraram insatisfações, na medida em que, de acordo com eles, existe uma enorme distância entre o que se propõe na teoria, ou seja, nas leis, e o que se observa na prática. Diante desse contexto, verificou-se

ainda nas falas dos profissionais entrevistados que, diante das dificuldades em conseguir fazer com que os alunos que possuem necessidades educacionais específicas consigam se desenvolver no que diz respeito aos conteúdos acadêmicos do ensino formal, esses professores terminavam por nutrir a expectativa de que, ao menos, pudessem contribuir para a promoção da socialização e da igualdade de direitos perante a sociedade.

Ainda de acordo com os professores entrevistados, em relação às contribuições que o trabalho no AEE trouxe para sua prática pedagógica, os profissionais afirmaram que a experiência tem sido muito positiva não só no que se refere ao aspecto profissional, mas, também com relação ao seu desenvolvimento enquanto ser humano, visto que, mediante o trabalho com o AEE, puderam refletir sobre as dificuldades do próximo e sobre a igualdade de direitos para todos perante a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às expectativas em relação às contribuições da presente pesquisa, destaca-se que o estudo da temática foi de grande relevância para a construção de conhecimentos por parte da presente pesquisadora no que diz respeito à educação inclusiva e ao trabalho exercido pelos profissionais que atuam no AEE. Sendo assim, espera-se que, a partir dos resultados obtidos, sejam desenvolvidos outros trabalhos abordando a presente temática nas escolas do município de Cuité - PB, considerando a necessidade de saber como o AEE atua, a partir da perspectiva das famílias, dos demais professores das escolas e, sobretudo, dos próprios alunos que usufruem do Atendimento. Além disso, destaca-se a importância das propostas de pesquisas-ação nesses contextos, de forma que o conhecimento acadêmico possa ultrapassar os limites das contribuições teóricas e proporcionar novas formas de pensar e “fazer” as práticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.B.de. Da educação especial à educação inclusiva? A proposta de “inclusão escolar”. Anped, 2007.

ALMEIDA, E.V.da C.; COSTA, S.L. da. A lei de cotas e o direito ao trabalho da pessoa com deficiência. Revista Hiléia. Manaus, n. 19, jul./dez 2012. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2013.

ARAÚJO, L.A.D. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Brasília: CORDE, 1994.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social da criança especial. In: SOUZA, A. M. C. (Org.). A criança especial: Temas Médicos, Educativos e Sociais. São Paulo: Roca, 2003.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: (2011), 229 p.

BARBOSA, A. J. G.; ROSINI, D. C. e PEREIRA, A. A. (2007). Atitudes parentais em relação à educação inclusiva. Rev. bras. educ. espec., vol.13, n.3, p. 447-458.

BOOHT, T. (1988). Challenging conceptions of integration. INCLUSÃO: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. V.1, N.1

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br/ Acesso em: 16/09/2016

BRASIL. Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 23/04/2016.

BRASIL. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em: www.onu.org.br/ Acesso em: 14/08/2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em: 16/09/2016

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação especial. Brasília: MEC

BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC

BRASIL: Política Nacional de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 25/07/2016.

BRASÍLIA: Estatuto da pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão). Disponível em: www.senadorpaim.com.br Acesso em: 25/07/2016.

BRASÍLIA: Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 25/07/2016

CARVALHO, R.E. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, O. e PEIXOTO, L. A Escola Inclusiva. Da Utopia à Realidade. Braga: (2000).

COLL, C. MARCHESI, A. e PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. 2.ed.- Porto Alegre: Artmed,2004.3v.

CONAE, 2014, Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/> Acesso em: 25/07/2016.

CONFORTO, D. SANTAROSA, L.M.C. SCHLUNZEN, E.T. M e SANTOS D.A.N. (2011). Tecnologia assistiva e formação de professores. Construindo uma sociedade inclusiva. *Inclusão. R. Edu. Esp.*, Brasília, v 6,n 1. P.23-33, jan/jun.2011.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERNÁNDEZ, A. A Inteligência aprisionada: abordagem psicopedagogia clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRA, N.S.C. Formação continuada e gestão da educação no contexto da “cultura globalizada”. In: FERREIRA, N.S.C. (org).Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo. Cortez, 2001.

FERRAZ, C. R. A.; ARAÚJO, M. V. e CARREIRO L. R. R. (2010). Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos relatos de mães e professores. *Rev. bras. educ. espec.*, vol.16, n.3, p.397-414.

FALVEY, M.A. (1995). Wats in na inclusive scchool? *INCLUSÃO: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial*. V.1, N.1

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GOFFREDO, V. L. F. S. Como formar professores para uma escola inclusiva. Salto para o futuro. Educação especial: tendências atuais. MEC. Brasília, 1999.

GÓES, M. C. R. (2000). A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev Vygotsky e Pierre Janet. *Educação & Sociedade*.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. 2008. Disponível em <[HTTP://www.ampid.org.br/artigos/PD_Historia.php](http://www.ampid.org.br/artigos/PD_Historia.php)>. Acesso em 15/09/2016.

GUIMARÃES, Valter Soares. Formação de professores: saberes, identidade e profissão. Campinas, SP: Papirus, 2004.

HENRIQUES, R. M. O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual. Disponível: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf> Acesso em: 02/07/2016.

INCLUSÃO: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. V.5, n.1 (jan/jul)- Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

INCLUSÃO: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. V.1,N.1

(out. 2005). - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

JANNUZZI, G.S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LAKATOS, E.M. Metodologia Científica/ Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 5. ed.- 2.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, A.A.B. História, Deficiência e Educação Especial. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>. Acesso em: 02/07/2016.

MACHADO, R. Inclusão: R. Formação de Professores/Entrevista.Educ. Esp., Brasília, v.6, n. 1, p. 4-7, jan./jun. 2011.

MANTOAM, M. T.: Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. Fundamentos da educação especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1996.

MAZZARO, J. L. Baixa visão na escola: conhecimentos e opiniões de professores e pais de alunos deficientes visuais, em Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em: 02/07/2016.

MEC: Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica (Res. CNE/CEB nº 02 de 11. 09.2001).

MEC/SEESP- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial. Disponível em: <portal.mec.gov.br/> Acesso em: 01/06/2016.

MEC/Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação Básica. Resolução nº4, de 2 de Outubro de 2009. Disponível em: <portal.Mec.gov.br/> Acesso em: 01/06/2016.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção Educação para todos).

MORINA, A. Teoria e prática da educação inclusiva. Archidona: Cisterna, 2004.

NAUJORKS, M. I.; NUNES S., F. de P. (Orgs.). Pesquisa em Educação Especial – O desafio da qualificação. Bauru: Edusc, 2001.

NÓVOA, A. Formação de Professores e profissão docente. In: NÓVOA, a. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, L. F. M. Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PALACIOS, J. COLL, C. MACHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAROLIN, I.C. H. Pais e Educadores: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.

PATTERSON, R. N. Qualidade e eficiência para todos os alunos. 1995. Disponível em: [www://portal.mec.gov.br/](http://portal.mec.gov.br/) Acesso em: 24/08/16

PEARPOINT, J.;FOREST,M (1999).Prólogo. Em S. Stainback y W. Stainback: Aulas Inclusivas (pp.15-18). Madrid: Narcea.

PETEAN, E.B.L. e BORGES, C.D. (2002). Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães. Paidéia (Ribeirão Preto), vol.12, n.24, p.195-204.

RICHARDSON, R. J.; WAINWRIGHT, D. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: Richardson, R.J. (Org.) Pesquisa Social. São Paulo: Ed. Atlas, 3a Ed. 1999. Cap.6.

STAIMBACK S.; STAIMBACK W. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre, Artmed, 1999.

SANTOS, M. P. A inclusão e as relações entre a família e a escola. Revista INES, p. 40-43, jun. 1999.

SANTOS, M. P. A família e o movimento pela inclusão. Salto para o futuro. Educação especial: tendências atuais. MEC. Brasília, 1999.

SANTOS, E.R. L. papel dos pais no processo de inclusão escolar e na aprendizagem de filhos com necessidades educacionais especiais. Revista Discentis. 2ª ed. Julho 2013. Disponível em: www.dcht16.uneb.br/revista/artigo4_2edicao.pdf/ Acesso em: 20/08/16.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. A.; VIANA, C. M. Q. Q. Formação de professores: um campo de possibilidades inovadoras. In: VEIGA, I. P. A; SILVA, E. F. da. (Orgs). A escola mudou. Que mude a formação de professores. Campinas, SP: Papyrus, 2010.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

VIGOTSKY,LS. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

